

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.377, DE 2011

Dispõe sobre a advertência que deve conter as propagandas eleitorais gratuitas.

Autor: Dr. Aluizio

Relator: Deputado FABIO RAMALHO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

A iniciativa legiferante em epígrafe abriga o propósito de “educar o povo brasileiro para a cidadania”, como tarefa do Estado democrático, envolvendo a propaganda eleitoral no combate às práticas viciosas da compra de votos.

Abstraída a intenção saudável e os relevantes objetivos buscados, ao assim dispor, contudo, o Projeto suscita novas exigências formais e de conteúdo para as mensagens publicitárias, a serem divulgadas através de diferentes mídias que veiculam ou expõem publicidade eleitoral, de interesse de candidatos e de partidos, desde os pôsteres, painéis, cartazes, cartazes, santinhos até à propaganda em jornais e revistas ou transmitida por emissoras de radiodifusão de sons e imagens.

Ocorre que a medida legal deve destinar-se exclusivamente aos horários e programas da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, por implicar gravames ou ônus aos candidatos e partidos que promovem sua divulgação em diferentes veículos midiáticos, além de impor-lhes conteúdo para sua comunicação com o eleitorado, o que, a meu entender, vulnera a garantia de liberdade de expressão e de comunicação, inclusive no campo político-eleitoral.

Acatar semelhantes restrições e objetivos de utilidade pública, ou de cidadania, como diz o Projeto, somente pode encontrar espaço naquilo que o próprio Estado concede aos candidatos a cargos eletivos e aos partidos políticos, ao facultar-lhes a propaganda eleitoral gratuita, arcando com os ônus respectivos, via compensação fiscal.

Por tais motivos, a presente emenda visa contribuir para sanear os aspectos apontados e viabilizar a transformação do Projeto em normal legal.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 2.377/11, com substitutivo.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Fábio Ramalho
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.377, DE 2011

(Do Sr. Dr. Aluizio)

Dispõe sobre a advertência que deve conter as propagandas eleitorais gratuitas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão, ao final do programa ou dos reclames publicitários conhecidos por *foguinhos*, conterá advertência acerca da corrupção eleitoral, alertando claramente sobre as ações que caracterizam compra de votos, e segundo frases definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, todas precedidas da informação “É CRIME ELEITORAL (...)”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Fábio Ramalho
Relator